

Haddad faz alerta sobre exceções em reforma às vésperas da votação

Haddad alerta sobre risco de exceções

Às vésperas da votação, relatório apresentado no Senado na semana passada aumentou a lista de setores com benefícios

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que as novas exceções previstas no relatório do Senado para a reforma tributária aumentam a alíquota-padrão do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai substituir cinco tributos atuais em cerca de 0,5 ponto percentual em relação ao que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Pelo texto da Câmara, a Fazenda havia calculado que essa alíquota poderia variar entre 25,45% (cenário factível) até 27% (cenário conservador). Agora, a estimativa é chegar até 27,5%.

— Em relação à versão que saiu da Câmara, aumenta em cerca

de 0,5 ponto, não chega a 28%. Como não reduziu exceção, e ampliou um pouquinho, amplia em cerca de 0,5 ponto. Como temos compromisso de não usar a PEC para aumentar a carga tributária, justamente para fazer a transição, todo mundo tem de saber dos impactos

— disse Haddad a jornalistas, após se reunir ontem com o relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), na sede da Fazenda.

Haddad voltou a afirmar que a posição da pasta da Fazenda é por menos exceções no relatório da reforma tributária. Ele ponderou, contudo, que os relatores precisam buscar votos para aprovação da matéria e destacou que, em relação à alíquota média atual, o novo sistema representará uma redução de carga.

— A posição da Fazenda é conhecida desde o começo: quanto menos exceções, melhor para o país. Mas à luz da situação atual, que temos 27 sistemas tributários no país, fora decisões judiciais que são equivocadas, entendemos que para você compor uma maioria depois de 40 anos de tentativa vai ter de contar voto — afirmou Haddad, repetindo que quer aprovar o texto com maioria ampla.

Pressão

O ministro reconheceu ainda que há pressão de grupos de interesse para incluir mais segmentos na lista de exceções.

— A posição da Fazenda é sempre restritiva às exceções, isso é público. Mas tanto Aguiinaldo Ribeiro (relator da reforma na Câmara dos Deputados) quanto Eduardo Braga, que têm o compromisso de aprovar a reforma, sabem das dificuldades, dos grupos de interesse que se manifestam. Ali você sabe que o jogo é bruto, né?

— acrescentou. Na saída da reunião com Haddad, Eduardo Braga disse não haver aumento de exceções no relatório apresentado por ele na semana passada. Segundo o senador, na prática há redução de exceções e inclusão de outras “totalmente necessárias”, além de trava para carga tributária.

— O mais importante é que garantimos a trava constitucional para que não haja aumento da carga — alegou.

— O mais importante é que garantimos a trava constitucional para que não haja aumento da carga — alegou.

— O mais importante é que garantimos a trava constitucional para que não haja aumento da carga — alegou.



Ministro da Fazenda (à esq.) e relator Eduardo Braga se reuniram para tratar do assunto no feriado

Entenda

O relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga, apresentou na semana passada o relatório à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Confira algumas mudanças em relação ao texto que havia sido aprovado na Câmara que devem influenciar na alíquota-padrão do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA):

REGIMES TRIBUTÁRIOS ESPECÍFICOS

Uma das principais mudanças é o aumento no número de regimes tributários específicos — aqueles que terão regras diferenciadas estabelecidas por lei complementar. Seis atividades passaram a ser contempladas: agências de viagem e turismo; missões diplomáticas; saneamento; concessão de rodovia; serviços de telecomunicações; transporte aéreo; transporte coletivo rodoviário intermunicipal e interestadual; transporte ferroviário; e transporte hidroviário.

ALÍQUOTA REDUZIDA

A lista de segmentos com alíquota reduzida (40% da alíquota-padrão) também aumentou. Foram incluídos comunicação institucional e produtos de limpeza.

ALÍQUOTA ZERO

A alíquota zero da CBS (imposto que vai substituir os atuais tributos de competência federal) também passou a abranger entidades de inovação, ciência e tecnologia sem fins lucrativos.

QUARTA ALÍQUOTA

Foi criada uma quarta alíquota, com desconto de 30% para beneficiar profissionais liberais que têm atividades regulamentadas, como médicos e advogados.

TRAVA PARA CARGA TRIBUTÁRIA

Por outro lado, foi instituído teto de referência, com base na média da receita no período de 2012 a 2021, apurada como proporção do PIB. A alíquota de referência será reduzida caso exceda o teto. Será feita avaliação a cada cinco anos.

Expectativa é votar na quarta-feira

O ministro Fernando Haddad afirmou que as discussões que remanesçam ainda sobre o relatório da reforma tributária no Senado giram em torno de “pequenos detalhes”, alguns deles para evitar problemas de judicialização. A expectativa do relator Eduardo Braga é votar o texto em plenário na próxima quarta-feira.

Mudanças

Na mesma linha, Braga afirmou que ainda devem ser feitos “ajustes finos para mais segurança jurídica e de texto que representará mais segurança e neutralidade”. Segundo o relator, das mais de 700 emendas apresentadas, cerca de 250 foram acatadas e já estão incorporadas. Não há, portanto, previsão de mudanças importantes.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 9